


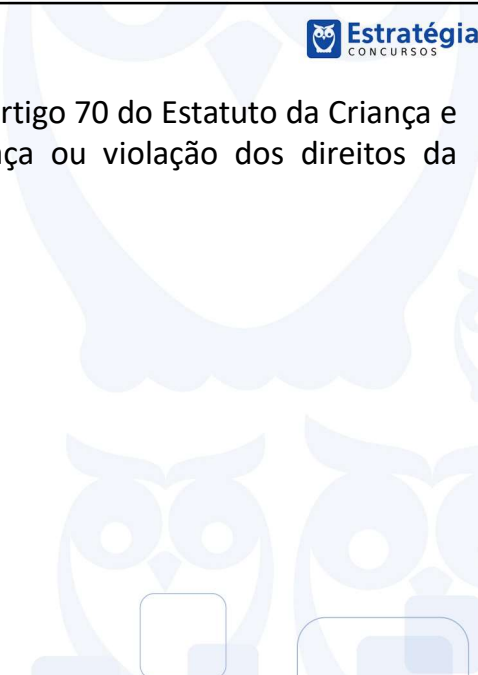


PREVENÇÃO

PROFESSOR RICARDO TORQUES

@proftorques
Prof. Ricardo Torques

35



(FEPESE/PREF. FRAIGURGO/2018) De acordo com o artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente é dever.

- a) Do Estado.
- b) Da família.
- c) Dos responsáveis legais.
- d) Da escola.
- e) De todos.

36

INTRODUÇÃO



- ☐ Existem regras de prevenção geral e de prevenção especial.
- ☐ A prevenção geral traz regras promocionais, que ficam ao encargo do Poder Público para promoção de campanha, capacitação de servidores, integração com a rede de proteção, atendimento prioritário e apoio e incentivos etc.
- ☐ A prevenção especial reporta-se a ações específicas, por exemplo...
 - possibilidade de ingresso de criança menor de 10 anos em locais de apresentação ou exibição, apenas se acompanhadas dos pais;
 - proibição da venda de bebidas alcoólicas, armas e revistas e publicações inadequadas.

37



(VUNESP/PREF. ITAPEVI/2019) Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes

- a) somente poderão ser comercializadas pela internet e com informações sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.
- b) poderão ser livremente comercializadas, sendo vedado possuir ilustrações de bebidas alcoólicas, tabaco e armas.

38

(VUNESP/PREF. ITAPEVI/2019) Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes

c) poderão ser livremente comercializadas, desde que possuam informações sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam, não havendo qualquer necessidade de lacração da embalagem.

d) poderão ser livremente comercializadas, não havendo qualquer necessidade de advertência sobre a natureza da obra, bastando constar a faixa etária a que se destinam.

e) deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

39

(VUNESP/PREF. ITAPEVI/2019) Considere o seguinte caso hipotético: Um Guarda Municipal é indagado por populares sobre a existência de proibição na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de venda de bilhetes lotéricos a criança ou a adolescente. O Guarda Municipal estará correto ao afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente

a) não prevê qualquer proibição de venda de bilhetes lotéricos a criança ou a adolescente.

b) prevê a proibição de venda de bilhetes lotéricos apenas a criança.

c) prevê a proibição de venda de bilhetes lotéricos a criança ou a adolescente.

40

(VUNESP/PREF. ITAPEVI/2019) Considere o seguinte caso hipotético: Um Guarda Municipal é indagado por populares sobre a existência de proibição na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de venda de bilhetes lotéricos a criança ou a adolescente. O Guarda Municipal estará correto ao afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente

d) não prevê qualquer proibição de venda de qualquer produto a adolescente, somente a criança, porém não possui previsão específica de proibição de venda de bilhetes lotéricos.

e) prevê a proibição de venda de bilhetes lotéricos a adolescente, somente quando este estiver acompanhado de alguma criança.

41

HOSPEDAGEM EM HOTÉIS

- ☐ regra: na companhia dos pais/responsável;
- ☐ possibilidade de hospedagem caso autorizada, por escrito, pelos pais/responsável.

42

(VUNESP/PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO SOROCABA/2018) Assinale a alternativa correta sobre os direitos e a proteção das crianças e dos adolescentes.

- a) É proibida a hospedagem de adolescente em hotel, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- b) É permitido o trabalho de menores entre 12 (doze) e 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes.
- c) Todas as crianças, assim definidas em lei, somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição de espetáculos públicos quando acompanhadas dos pais ou responsável.
- d) No âmbito do Sistema Único de Saúde, a cesariana terá preferência ao parto natural.
- e) O dever do Estado de proporcionar creche às crianças se dá apenas após 1 (um) ano de idade.

43

(FGV/TJSC/2018) Fernanda, 17 anos, viaja de ônibus de São Paulo para Balneário Camboriú, na companhia do namorado Flávio, de 18 anos, para passar o carnaval. Quando desceram na rodoviária de destino, ao serem abordados pelo Oficial da Infância e Juventude, informam que a adolescente não possui autorização dos pais e apresentam o voucher do hotel em que irão se hospedar.

De acordo com as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação dos namorados no Balneário Camboriú, quanto à viagem e/ou hospedagem, está:

- a) regular, pois dispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- b) irregular, pois indispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- c) regular, pois a adolescente está na companhia do namorado, que é maior;
- d) irregular, pois a adolescente precisa de autorização dos pais de viagem;
- e) irregular, pois a adolescente precisa da autorização dos pais para a hospedagem.

44

VIAGEM DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL



- ☐ Regra: nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- ☐ Exceções:
 - Viagem entre comarcas vizinha, se na mesma unidade da Federação;
 - Viagem dentro da mesma região metropolitana;
 - Viagem acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco; e
 - Viagem acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

45

VIAGEM PARA O EXTERIOR



- ☐ Regra: nenhuma criança ou adolescente poderá viajar para o exterior desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- ☐ Exceções:
 - Viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro mediante apresentação de documento com firma reconhecida; ou
 - Viajar desacompanhadas dos pais ou na companhia de terceiros, caso seja dada autorização por ambos os pais com firma reconhecida.

46

(VUNESP/TJ-MT/2018) Sobre a autorização para viajar, assinale a alternativa correta.

(A) A autorização judicial pode ser dada a posteriori em casos excepcionais previstos em lei quando se trate de criança ou adolescente nascido em território nacional em viagem ao exterior.

(B) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização para que a criança possa viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, com validade por dois anos.

(C) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é sempre indispensável.

(D) Quanto à autorização judicial, esta poderá ser exigida em casos excepcionais quando se trate de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

(E) Nenhum adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.